



REGULAMENTO ELEITORAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Âmbito

O presente Regulamento Eleitoral visa regulamentar e desenvolver as normas estatutárias que versam matéria eleitoral, designadamente, as eleições para titulares dos órgãos Associativos e para delegados à Assembleia Geral e matérias conexas, como as designações dos representantes por inerência ou os procedimentos em caso de vacatura de lugares.

Artigo 2º

Período eleitoral

1 - As eleições para titulares dos órgãos Associativos da An Algarve que devam ser eleitos realizam-se em data que se situe no último trimestre do ano em que encerra o Ciclo Olímpico.

2 – As eleições referidas no número anterior terão lugar em Assembleia Geral Extraordinária, convocada apenas para esse fim.

3 – As eleições para delegados à Assembleia Geral devem ter lugar igualmente no último trimestre do ano em que encerra o Ciclo Olímpico, mas sempre em momento anterior, calculado por forma a que, tendo em conta os prazos regulamentares, os delegados então eleitos venham a ser os convocados para a Assembleia Geral Extraordinária convocada para eleger os órgãos Associativos.

4 – As eleições para delegados podem decorrer todas em simultâneo, ou por razões de operacionalidade, ter lugar, nas diferentes assembleias de voto, em três dias sucessivos, de sexta-feira a Domingo.

Artigo 3º

Duração e limitação de mandatos

1 – O mandato dos titulares dos órgãos da An Algarve é de quatro anos, coincidente com o ciclo olímpico.

2 – Ninguém pode exercer mais do que três mandatos seguidos num mesmo órgão da An Algarve.

3 – No caso de um órgão ficar sem *quorum* constitutivo, haverá eleições de novos titulares para a totalidade dos membros do órgão, mas os titulares assim eleitos cumprirão um mandato limitado ao termo do ciclo olímpico em curso.

4 – Os titulares dos órgãos eleitos que hajam perdido ou renunciado ao mandato não podem candidatar-se ao mesmo órgão nas eleições imediatas, nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à perda ou renúncia.

Artigo 4º

Requisitos gerais de elegibilidade

1 - São elegíveis para titulares dos órgãos associativos , e para delegados à Assembleia Geral, os cidadãos que, cumulativamente, preenchem os seguintes requisitos:

- a) Possuam a nacionalidade portuguesa;
- b) Sejam maiores de idade, nos termos da lei geral;
- c) Não sejam afetados por qualquer incapacidade de exercício;
- d) Não sejam devedores ou credores da An Algarve;
- e) Não hajam sido punidos por infração de natureza criminal, contraordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo e xenofobia associadas ao desporto, ou que, tendo-o sido, hajam já decorrido 5 (cinco) anos após o cumprimento da respetiva sanção;
- f) Não hajam sido punidos por crimes praticados no exercício de cargos dirigentes em federações desportivas, Associações regionais ou clubes bem como por crimes contra o património destas, ou que, tendo-o sido, hajam já decorrido 5 (cinco) anos após o cumprimento da pena;

2 – No caso dos candidatos a titulares dos órgãos associativos , é ainda exigido que não estejam abrangidos por nenhuma das situações referidas no artigo anterior.

Artigo 5º

Inexistência de incompatibilidades

1 – É ainda requisito de elegibilidade para titular dos órgãos associativos que, no momento da apresentação da candidatura, se verifique a inexistência de qualquer das circunstâncias que possam levar à incompatibilidade com a função, tais como previstas no artigo 25º dos Estatutos, com as seguintes exceções ou especificidades:

- a) O candidato que faça parte dos órgãos cessantes não necessita renunciar ou suspender o respetivo mandato, mesmo que se candidate a um órgão diferente daquele que ocupa;
- b) O candidato que, no momento da apresentação da candidatura seja interveniente, direto ou indireto, em contrato celebrado com a An Algarve, deve assinar declaração, sob compromisso de honra, em como cessará de imediato essa intervenção, em caso de ser eleito, sem que por isso lhe advenha direito a qualquer indemnização que por força dessa cessação lhe pudesse ser devida;
- c) Nenhum candidato pode, no momento da apresentação da candidatura, exercer qualquer cargo ou ser titular dos órgãos sociais das entidades filiadas ou dirigentes das suas respetivas secções das disciplinas aquáticas;
- d) O candidato a Presidente não pode, no momento da apresentação da candidatura, exercer qualquer cargo diretivo noutra federação desportiva ou associação regional ou territorial.

2 – Para efeitos do disposto nas alíneas c) e d) do número anterior, basta ao candidato suspender temporariamente as funções que o tornariam inelegível, por incompatibilidade, até às eleições, só a elas renunciando definitivamente em caso de ser eleito.

Artigo 6º

Requisitos especiais de elegibilidade

1 – Pelo menos um dos candidatos a titulares do Conselho Fiscal é, obrigatoriamente, revisor oficial de contas.

2 – Os candidatos a titulares do Conselho de Disciplina e de Justiça são, obrigatoriamente, licenciados em Direito.

Artigo 7º

Requisitos de elegibilidade dos delegados

1 - Para além dos requisitos gerais de elegibilidade previstos no nº 1 do artigo 4º, cada delegado pode ser eleito apenas para representar uma única entidade e cada entidade não pode ter mais do que um membro dos seus órgãos sociais como delegado, ainda que eleito ou designado por outra.

2 – Os candidatos a delegados têm, ainda, que preencher os critérios pelos quais uma determinada categoria de agentes desportivos tem direito à representação na Assembleia Geral, tais como definidos nos Estatutos, tendo a correspondente capacidade eleitoral activa.

3 – Os candidatos que possuam mais do que uma qualidade de agente desportivo, podem escolher a categoria em que se candidatam, mas não podem ser candidatos em mais do que uma categoria de delegados.

Artigo 8º

Expediente e ata eleitoral

1 - Para todo o expediente relacionado com o processo eleitoral será organizado um processo, com termo de abertura e encerramento lavrado e assinado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, iniciado com o aviso convocatório para as eleições, e terminado com cópia da ata do ato eleitoral, com a respectiva contagem de votos e apuramento de resultados.

2 – Nas eleições para titulares dos órgãos associativos, no final do ato eleitoral, será lavrada uma ata de Assembleia Geral Eleitoral, no livro próprio, da qual conste todo o decurso do ato eleitoral, e todas as incidências ocorridas a qual será assinada pelo Presidente da Mesa e demais elementos desta que se encontrem presentes.

Artigo 9º

Prazos

Todos os prazos referidos no presente Regulamento são contínuos, porém, terminando o prazo para a prática de qualquer ato em dia em que os serviços da An Algarve se encontrem encerrados, o seu termo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte, sem prejuízo dos atos que, pela sua natureza, hajam de ser praticados de imediato, mesmo que em dia não útil.

Artigo 10º

Publicitação do processo eleitoral

1 – Desde a publicação do aviso convocatório e até conclusão do processo eleitoral, todos os atos relevantes relativos ao processo eleitoral, que não devam ser secretos, serão divulgados e publicitados no site da An Algarve.

2 – É da competência do Presidente da Assembleia Geral, a indicação dos atos a publicitar no site da An Algarve , nos casos que não estejam especialmente previstos no presente Regulamento.

Artigo 11º

Publicação de resultados

1 - Os resultados eleitorais definitivos serão publicados no site da An Algarve no primeiro dia útil seguinte ao da realização das eleições para titulares dos órgãos associativos.

2 – No caso das eleições para delegados, os resultados eleitorais serão publicados no site da An Algarve até sétimo dia útil posterior àquele em que tiver lugar o último ato eleitoral, só após a aprovação da ata de apuramento geral pela Comissão Eleitoral.

3 – No mesmo prazo será publicada a lista completa da totalidade dos delegados que passam a compor a Assembleia Geral, incluídos os que hajam sido designados para representação por inerência.

Artigo 12º

Posse e investidura

1 - O Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral confere posse ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral eleito, sendo lavrado em livro próprio existente para o efeito um auto de posse, assinado por ambos.

2 – Após, o novo Presidente da Mesa da Assembleia confere posse aos demais titulares eleitos para os órgãos associativos, assinando com eles o respetivo auto de posse.

3 – Os delegados à Assembleia Geral não tomam posse, ficam automaticamente investidos nas suas funções imediatamente após a publicação dos resultados eleitorais e da lista referida no número anterior.

CAPÍTULO II

SISTEMAS ELEITORAIS

Artigo 13º

Eleições para órgãos associativos

1 - O Presidente, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Disciplina, o Conselho de Justiça e o Conselho de Arbitragem são eleitos, em listas próprias, plurinominais no caso dos órgãos colegiais, através de sufrágio direto e secreto.

2 – O Presidente é eleito de acordo com o sistema maioritário a uma volta.

3 – Os membros dos órgãos colegiais são eleitos de acordo com o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos.

4 – A conversão dos votos em mandatos nos termos do número anterior efetua-se aplicando uma fórmula matemática, destinada a calcular a distribuição dos mandatos pelas listas concorrentes, em que cada mandato é sucessivamente alocado à lista cujo número total de votos, dividido pelos números inteiros sucessivos, começando no número um; o processo de divisão prossegue até se esgotarem todos os mandatos e todas as possibilidades de aparecerem quocientes iguais aos quais ainda caiba um mandato.

5 – Em caso de igualdade de votos em qualquer quociente, o mandato é atribuído à lista menos votada.

Artigo 14º

Eleições para delegados

1 - Os delegados à Assembleia Geral são eleitos, em listas uninominais, através de sufrágio direto e secreto, dentro de cada universo eleitoral, nos termos estabelecidos nos Estatutos e no presente Regulamento.

2 – Cada delegado é eleito de acordo com o sistema maioritário a uma volta.

3 – Os candidatos derrotados serão considerados suplentes para substituírem o delegado eleito, em caso de vacatura, nos casos em que a substituição é permitida, de acordo com o presente Regulamento.

CAPÍTULO III

PROCESSO ELEITORAL DA

ELEIÇÃO PARA TITULARES DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

Artigo 15º

Assembleia eleitoral

1 - Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ouvida a Direção, a marcação da data, hora e local das eleições, em obediência ao disposto nos Estatutos e no presente Regulamento.7

2 – A Assembleia Eleitoral não pode iniciar-se antes das 9 horas da manhã, nem depois das 21 horas, e terá que incluir um período destinado à votação de duração não inferior a 3 (três) horas.

3 – A Assembleia Eleitoral terá lugar na sede da Algarve ou noutro local desde que se situe no Distrito de Faro.

Artigo 16º

Convocatória

1 - A convocatória para a Assembleia Geral Eleitoral será feita pelo Presidente da Mesa, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação à data fixada para as eleições, por meio de aviso convocatório por ele assinado e expedido diretamente a todos os delegados que compõem a Assembleia Geral, de acordo com os resultados eleitorais das eleições para delegados antes realizadas.

2 – Do aviso convocatório deve constar obrigatoriamente o local e horário em que terá lugar a realização da Assembleia Eleitoral

3 – Do aviso convocatório deve constar a data limite para a apresentação de listas de candidaturas, de acordo com o estabelecido no presente Regulamento.

4 – O aviso convocatório é obrigatoriamente enviado por meio de carta registada com aviso de receção, podendo acrescer, para mais rápido conhecimento, o envio por meio de telecópia ou correio electrónico.

5 – Na mesma data deve ainda ser afixado o aviso convocatório em local bem visível, na sede da An Algarve, bem como publicado no respetivo site oficial.

6 - O aviso convocatório é ainda obrigatoriamente publicado em dois jornais de âmbito regional, um de carácter generalista, devendo a publicação ocorrer, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da data fixada para as eleições.

Artigo 17º

Direção e coordenação do processo eleitoral

1 - A direção e coordenação do processo eleitoral para os órgãos associativos competem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que zelará pela sua legalidade e cumprimento de todas as normas estatutárias e regulamentares aplicáveis.

2 – Compete igualmente ao Presidente da Mesa a decisão sobre todas as reclamações apresentadas durante o processo eleitoral, presidindo, com voto de qualidade, às reuniões que apreciem recursos que tenham de ser julgados pela totalidade da Mesa da Assembleia Geral.

3 – O Presidente da Mesa pode nomear um máximo de 3 (três) elementos para o auxiliarem e coadjuvarem durante todo o processo eleitoral, que não façam parte dos órgãos associativos, nem sejam candidatos integrantes de nenhuma lista.

4 – A identificação dos elementos nomeados nos termos do número anterior será divulgada no site oficial da An Algarve.

Artigo 18º

Caderno eleitoral

Os serviços da An Algarve, sob supervisão do Presidente da Mesa, organizarão um caderno eleitoral do qual constará a identificação de todos os delegados que, nesse momento, constituam a Assembleia Geral.

Artigo 19º

Apresentação de listas

1 – As listas de candidaturas devem ser apresentadas ao Presidente da Assembleia Geral, entregues na sede da An Algarve, até 20 (vinte) dias antes do dia do ato eleitoral.

2 – As listas serão classificadas por uma sequência alfabética, para cada órgão, de acordo com a respetiva ordem cronológica de entrada.

3 – As listas de candidaturas para os diversos órgãos a eleger não têm que compreender candidaturas para mais do que um órgão.

4 – As listas de candidatura têm que ser subscritas por um mínimo de 10% (dez por cento) dos delegados que compõem a Assembleia Geral.

5 – Nenhum delegado pode subscrever mais do que uma lista para o mesmo órgão.

6 – O mesmo candidato não pode apresentar-se em mais de uma lista, mesmo que para órgãos diferentes.

7 – As listas de candidatura para órgãos colegiais têm que incluir candidatos para todos os lugares que compõem o órgão, e ainda dois suplentes, para cada órgão, destinados a integrar o órgão em caso de vacatura de algum dos seus lugares, nos termos previstos no artigo 33º dos Estatutos.

Artigo 20º

Mandatários

1 – As listas de candidaturas podem, não sendo obrigatório, ser apresentadas através de um mandatário, que pode subscrever diversas listas, para diferentes órgãos, mas não pode subscrever mais do que uma lista para o mesmo órgão.

2 – O mandatário será para todos os efeitos, durante o período eleitoral e até que se tornem definitivos os resultados eleitorais, o representante das listas que subscreveu, designadamente para apresentação de reclamações e recursos, pedidos de esclarecimentos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou receção de notificações, devendo ainda estar presente em todos os atos para que seja convocado.

Artigo 21º

Instrução das listas de candidaturas

1 – Cada lista de candidatura deve obrigatoriamente conter:

- a) A indicação do órgão associativo a que se candidata;
- b) Os nomes completos dos candidatos que integram a lista;
- c) A indicação do candidato a Presidente ou outro cargo especial que o órgão comporte, de acordo com os Estatutos;
- d) A identificação do respetivo mandatário, que assinará a lista e o respetivo documento de apresentação, caso a lista de candidatura tenha mandatário;
- e) O documento de subscrição dos delegados que subscrevem a lista, assinado por todos eles.

2 – Cada lista de candidatura será acompanhada pelos seguintes documentos:

- a) Fotocópia de documento de identificação de cada candidato;
- b) Declaração de honra, assinada por cada candidato, relativa à verificação de cada um dos requisitos gerais ou especiais de elegibilidade;
- c) Documento comprovativo da apresentação da renúncia ou pedido de suspensão temporária do exercício de funções que o tornariam inelegível, por incompatibilidade;

3 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá adotar modelos próprios para a apresentação das listas de candidatura e instrução das mesmas, de acordo com o disposto no presente Regulamento, que, nesse caso estarão disponíveis na sede da Algarve ou através do seu site oficial, em simultâneo com o aviso convocatório para as eleições.

Artigo 22º

Apresentação de meios de prova

1 - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá a qualquer momento, mesmo após a admissão inicial das listas de candidaturas, oficiosamente, ou a requerimento de qualquer interessado que legitimamente fundamente o seu pedido, solicitar aos candidatos a apresentação dos meios de prova adequados, nos termos da lei, relativos às suas condições de elegibilidade, ou requerê-los oficiosamente às entidades competentes.

2 – Caso se verifique alguma incorreção, que não possa ter sido resultado de mero e evidente lapso, das declarações iniciais de qualquer candidato, será a lista em que este se encontra imediatamente excluída do processo eleitoral, sem prejuízo das demais medidas, em matéria disciplinar ou penal que ao caso possam caber.

3 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá sempre notificar o candidato em causa, dando-lhe um prazo para se pronunciar, antes de decidir.

Artigo 23º

Admissão ou rejeição das listas

1 – No prazo máximo de 3 (três) dias, após o termo do prazo para apresentação das candidaturas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral decide, por despacho autónomo e fundamentado, sobre a admissão ou rejeição de cada uma das listas de candidaturas, podendo ainda convidar ao suprimento de irregularidades.

2 – As decisões serão notificadas aos mandatários das respetivas listas, afixadas em local visível na sede da Algarve e publicitadas no seu site oficial.

3 – As notificações devem ser efetuadas no mais curto espaço de tempo, por qualquer meio célere, incluindo telecópia, correio eletrónico ou via telefónica, sendo posteriormente confirmadas por ofício expedido por correio registado.

Artigo 24º

Rejeição imediata das listas

São fundamentos de rejeição imediata de uma lista de candidatura:

- a) A manifesta inelegibilidade de qualquer candidato;
- b) O insuficiente número de candidatos;
- c) A apresentação fora do prazo previsto no presente regulamento;
- d) A insuficiência do número de delegados subscritores de cada uma das listas, nos termos estatutários e regulamentares.

Artigo 25º

Convite para suprimento de irregularidades

1 – Nos casos em que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral verifique a existência de irregularidades nas candidaturas, notificará, de imediato, o candidato ou respetivo mandatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias, proceder à sanação das mesmas, sob pena de rejeição, após o decurso daquele prazo.

2 – Constituem irregularidades todas as deficiências do processo de candidatura que não devam determinar a imediata rejeição, designadamente:

- a) A insuficiente identificação dos candidatos ou do mandatário;
- b) A falta de qualquer assinatura;
- c) A insuficiência de documentos que devem instruir o processo;
- d) A existência de um candidato que integre uma lista para mais de um órgão federativo.

3 - Se o candidato que figurar em mais que uma lista, não for substituído, após o convite efetuado nos termos do nº 1, serão rejeitadas todas as listas em que ele se haja apresentado.

Artigo 26º

Reclamações

1 - Das decisões de rejeição ou admissão de candidaturas cabe reclamação para a Mesa da Assembleia Geral, a apresentar pelo mandatário da lista que nela tenha interesse direto ou indirecto.

2 - As reclamações devem ser apresentadas, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias após a notificação da decisão ou da sua afixação e publicação, consoante o que for mais favorável ao interessado.

3 - As reclamações serão decididas pela Mesa da Assembleia Geral, em definitivo, no prazo máximo de 2 (dois) após a sua apresentação.

Artigo 27º

Listas definitivas

Inexistindo reclamações ou decididas estas, serão todas as listas concorrentes às eleições afixadas em local visível da Algarve, publicadas no seu site oficial e enviadas aos delegados que compõem a Assembleia Geral.

Artigo 28º

Ato eleitoral

1 – No dia e local da Assembleia Geral Eleitoral e à hora fixada para o seu início o Presidente da Mesa declarará aberto o período de votações e anunciará aos presentes a duração do mesmo.

2 – No local deverá existir uma urna, ou outro recipiente que garanta o secretismo e inviolabilidade dos votos, bem como condições para que cada delegado possa exercer o seu direito de voto em completa privacidade e liberdade.

3 - No local estarão afixados, em local bem visível, as listas concorrentes, com identificação dos candidatos que integram cada lista.

4 – Poderão estar presentes no local, todos os membros dos órgãos cessantes, bem como todos os candidatos que integrem listas de candidaturas, desde que tal não perturbe o decurso do ato, mas não se podem dirigir à Mesa para pedidos de esclarecimentos ou apresentação de reclamações.

Artigo 29º

Boletins de voto

1 - Existirão boletins de voto para cada órgão a eleger, do qual constarão todas as listas concorrentes, identificadas pela sua sequência alfabética.

2 – Os boletins de voto deverão, preferencialmente, ter cores diferentes para cada órgão a eleger.

Artigo 30º

Exercício do direito de voto

1 – Cada Delegado da Assembleia Geral, que pretenda exercer o seu direito de voto, deverá identificar-se, mediante a apresentação de documento válido para o efeito, e após confirmação desta, assinar o caderno eleitoral.

2 – São-lhe então entregues os boletins de voto, um para cada órgão que deva ser eleito nessa assembleia.

3 – O Delegado exercerá o seu direito de voto, após o que os entregará os boletins de voto, dobrados em quatro, separadamente, para que sejam introduzidos na urna.

4 - Se antes da hora fixada para o encerramento das votações se verificar que exerceram o seu direito de voto todos os delegados que compõem a Assembleia Geral, pode o Presidente da Mesa da declarar encerrado o período de votações e passar à fase de abertura da urna e contagem de votos.

Artigo 31º

Apuramento de resultados

1 - Após ser declarado encerrado o período de votações, só ficarão no local, o Presidente da Mesa e demais membros desta que estejam presentes, os elementos nomeados por aquele para o processo eleitoral, e os candidatos ou mandatários das listas de candidaturas.

2 – O Presidente, auxiliado pelos demais elementos presentes, com exceção dos candidatos ou mandatários, procederá à contagem dos votos, separando-os, para cada lista, em válidos, brancos e nulos.

3 – Considera-se voto em branco o boletim que não contenha qualquer tipo de marca aposta pelo eleitor.

4 – Considera-se voto nulo o boletim:

a) No qual tenha sido assinalado mais do que um quadrado ou em que haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;

b) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido das eleições ou que não tenha sido excluída;

c) Na qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura, ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

5- Será considerado válido o boletim de voto, no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do eleitor.

6- Após a contagem de votos, o Presidente da Mesa e demais elementos, procedem de imediato ao apuramento de resultados e à conversão de votos em mandatos, de acordo com os métodos previstos no presente Regulamento.

Artigo 32º

Anúncio oral de resultados

Quando terminar a contagem dos votos, e a operação de conversão de votos em mandatos, o Presidente da Mesa manda abrir novamente o local às pessoas presentes, perante as quais publicita oralmente os resultados obtidos por cada lista, para cada órgão associativo, indicando o número de votos, e a identificação dos membros eleitos.

Artigo 33º

Reclamações e impugnações

1 - Após o encerramento da votação, e antes de iniciada a contagem dos votos, o Presidente da Mesa dará a palavra aos candidatos ou mandatários das listas, para que estes possam apresentar todas as reclamações e impugnações à Mesa da Assembleia Geral, relativamente ao período até aí decorrido.

2 - Após a contagem dos votos e a publicitação oral dos respetivos resultados, é novamente dada a palavra aos mandatários das listas, para que estes apresentem as reclamações e impugnações relativas à contagem e aos resultados.

3 - As reclamações e impugnações são imediatamente decididas, em definitivo, pela Mesa da Assembleia Geral, que para o efeito reúne em conferência, e as respetivas decisões notificadas de imediato aos mandatários.

Artigo 34º

Designação da data da posse

Uma vez publicitados oralmente os resultados, e decididas todas as questões suscitadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral designa de imediato, ouvido o Presidente cessante e o candidato ou mandatário do Presidente eleito, a data da tomada de posse dos novos membros eleitos para os órgãos associativos que terá lugar dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias.

CAPÍTULO IV

PROCESSO ELEITORAL DA ELEIÇÃO PARA DELEGADOS

Artigo 35º

Capacidade eleitoral activa

1 – Os praticantes, os treinadores e os árbitros e juízes têm capacidade para eleger os delegados representantes da categoria respetiva, de acordo com o disposto nos Estatutos.

2 – Têm capacidade eleitoral para eleger os delegados que os representam os praticantes, treinadores e árbitros e juízes que preencham os requisitos que lhes conferem o direito à representação, nos termos dos artigos 41º, 42º e 43º dos Estatutos, e que, como tal, se encontrem devidamente inscritos nos cadernos eleitorais.

3 - Os eleitores que possuam mais do que uma qualidade de agente desportivo e, como tal, possam figurar em mais do que um caderno eleitoral, só poderão votar numa das categorias.

Artigo 36º

Cadernos eleitorais

1 - Os praticantes serão agrupados em cadernos eleitorais, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Atletas que tenham estado presentes nas selecções nacionais, em qualquer disciplina, e se encontrem em actividade – 1 (um) delegado;
- b) Outros praticantes que se encontrem em actividade – 1 (um) delegado;

2 - Os treinadores serão agrupados em cadernos eleitorais, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Treinadores que tenham tido praticantes nas selecções nacionais, seja em que disciplina for, e se encontrem em actividade – 1 (um) delegado;
- b) Treinadores que se encontrem em actividade em qualquer disciplina – 1 (um) delegado;

3 - Os árbitros e juízes serão agrupados em cadernos eleitorais, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Árbitros ou juízes nacionais, em qualquer disciplina, que se encontrem em actividade – 1 (um) delegado
- b) Árbitros ou juízes, em qualquer disciplina, que se encontrem em actividade – 1 (um) delegado

4 – Para efeitos do disposto no presente artigo consideram-se as filiações válidas a 30 de Setembro do ano do ato eleitoral.

Artigo 37º

Cadernos eleitorais provisórios e reclamações

1 - Os serviços da An Algarve, sob orientação, direção e fiscalização do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, organizarão os cadernos eleitorais provisórios, de acordo com os elementos disponíveis, e os mesmos serão publicados no respetivo site, e divulgados em circular.

2 - Todas as pessoas que, pensando preencher os critérios fixados para cada categoria, aí não figurarem, devem, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua publicação e divulgação, requerer fundamentadamente a sua inclusão, o que poderão fazer por qualquer meio escrito, para a Comissão Eleitoral que entretanto se constitua.

3 – A Comissão Eleitoral analisará todas as situações, notificando sempre o interessado das suas decisões, por qualquer meio expedito, e elaborará os cadernos eleitorais definitivos, que serão publicados no site da An Algarve e divulgados em circular.

Artigo 38º

Convocatória

1 - A convocatória para as eleições de delegados será feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação ao primeiro dia fixado para as eleições, por meio de aviso convocatório por ele assinado e divulgado de forma ampla, por todos os meios expeditos, nomeadamente, envio por correio eletrónico, divulgação em circular, e publicação no site oficial da An Algarve.

2 – Na mesma data deve ainda ser afixado em local bem visível, na sede da An Algarve.

3 – Do aviso convocatório devem constar a data das eleições, a nomeação da Comissão Eleitoral e a data limite para a apresentação de candidatos a delegados, de acordo com o estabelecido no presente Regulamento.

4 – Devem ainda constar todos os elementos relevantes que já estejam disponíveis nesse momento, designadamente, os cadernos eleitorais, e os locais e horários de funcionamento das assembleias de voto, mas sem que a sua falta implique qualquer irregularidade, pois poderão ser divulgados logo que disponíveis.

Artigo 39º

Direção e coordenação do processo eleitoral

1 - A direção e coordenação do processo eleitoral para os órgãos associativos competem a uma Comissão Eleitoral, nomeada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que à mesma presidirá, a qual zelará pela legalidade das eleições e cumprimento de todas as normas estatutárias e regulamentares aplicáveis.

2 – Compete igualmente à Comissão Eleitoral a decisão sobre todas as reclamações apresentadas durante o processo eleitoral, que serão passíveis de recurso para a Mesa da Assembleia Geral.

3 – A Comissão Eleitoral será constituída por um máximo de 5 (cinco) elementos, que não façam parte dos órgãos associativos, nem sejam candidatos integrantes de nenhuma lista.

4 – A nomeação da Comissão Eleitoral constará do aviso convocatório para as eleições.

Artigo 40º

Apresentação de candidaturas

1 – A candidatura de cada interessado ao lugar de delegado, é apresentada pelo próprio, através de uma lista uninominal, e entregue na sede da An Algarve até 20 (vinte) dias antes do dia do ato eleitoral, indicando o universo eleitoral dentro do qual se candidata.

2 – As diferentes listas uninominais para os diversos delegados a eleger, de acordo com os critérios fixados, serão classificadas por uma sequência alfabética, de acordo com a respetiva ordem de entrada.

Artigo 41º

Instrução, admissão e rejeição das candidaturas

1 – À instrução, admissão, rejeição e suprimento das deficiências das candidaturas aplicam-se, com as necessárias adaptações, as normas do presente Regulamento que regulam as mesmas matérias nas eleições para os titulares de órgãos federativos.

2 – A Comissão Eleitoral poderá aprovar modelos próprios para a apresentação das candidaturas e instrução das mesmas, de acordo com o disposto no presente Regulamento, que, nesse caso, estarão disponíveis na sede da An Algarve ou através do seu site oficial.

Artigo 42º

Assembleias de voto

1 – A Comissão Eleitoral, poderá, em coordenação com os clubes, por razões de operacionalidade, nos casos em que não haja condições de espaço ou faltar o apoio local, determinar a constituição de assembleias de voto noutros locais, ou aglomerar diferentes zonas de circunscrição numa só assembleia.

2 – Na sede da An Algarve deve funcionar sempre uma assembleia de voto, onde funcionará também a Comissão Eleitoral, por razões de operacionalidade poderá a Comissão Eleitoral indicar outro local.

3 – As diferentes assembleias de voto podem funcionar em horários diferentes, estabelecidos pela Comissão Eleitoral, mas nenhum deles pode iniciar-se antes das 9 horas, nem depois das 17 horas, e terá que incluir um período destinado à votação não inferior a 6 (seis) horas.

4 – Em cada assembleia de voto é constituída uma mesa para promover e dirigir as operações eleitorais, composta por, pelo menos, dois elementos, podendo ainda ser integrada por elementos da Comissão Eleitoral, que aprovará a constituição de todas as mesas.

5 – No local deverá existir uma urna, ou outro recipiente que garanta o secretismo e inviolabilidade dos votos, bem como condições para que cada eleitor possa exercer o seu direito de voto em completa privacidade e liberdade.

6 - No local estarão afixados, em local bem visível, os nomes de todos os candidatos concorrentes.

7 – Em cada assembleia de voto poderá estar presente qualquer candidato a delegado mas apenas com poderes de fiscalização do ato eleitoral.

8 – Qualquer reclamação apresentada à mesa de uma assembleia de voto, deverá ser comunicada de imediato, por qualquer meio, à Comissão Eleitoral, que a decidirá.

Artigo 43º

Boletins de voto

1 – Em cada assembleia de voto haverá três boletins de voto, em três cores diferentes, enviados pela Comissão Eleitoral.

2 – Cada boletim de voto se destina a cada uma das três categorias diferentes de eleitor (praticantes, treinadores e árbitros), e dele constam, de forma discriminada, os candidatos segundo os diferentes critérios.

Artigo 44º

Exercício do direito de voto

1 – Cada eleitor que pretenda exercer o seu direito de voto, deverá identificar-se, mediante a apresentação de documento válido para o efeito, e após confirmação desta, assinar o caderno eleitoral.

2 – Ser-lhe-à então entregue o boletim de voto correspondente à sua categoria de eleitor, eliminando-se com um traço as partes que não deva utilizar.

3 – O eleitor exercerá o seu direito de voto, após o que introduzirá o mesmo na urna, dobrado em quatro.

Artigo 45º

Contagem de votos e acta

1 – Após o encerramento das votações, a mesa de cada assembleia de voto procederá à contagem dos votos, separando-os, para cada lista, em válidos, brancos e nulos.

2 – Esses resultados serão anotados numa ata, de modelo aprovado pela Comissão Eleitoral, da qual constarão também outras informações relevantes como incidências que hajam ocorrido durante o processo eleitoral.

3 – A mesa procederá ao anúncio oral desses resultados a todos os presentes, devendo fazer a advertência de que são provisórios até serem homologados pela Comissão Eleitoral.

4 – A mesa comunicará os resultados provisórios, de imediato, e por forma expedita, à Comissão Eleitoral.

Artigo 46º

Remessa de documentos e apuramento final

1 - No máximo no primeiro dia útil posterior ao ato eleitoral, a mesa de cada assembleia de voto, deve remeter à Comissão Eleitoral, por portador em mão ou correio registado, a seguinte documentação, os cadernos eleitorais com as descargas assinaladas, os boletins de voto utilizados, válidos, brancos e nulos, e a ata final de apuramento provisório.

2 - Após receção de todos os documentos referidos no artigo anterior, a Comissão Eleitoral apura os resultados finais e definitivos, fazendo publicar no site oficial um mapa completo com todos os resultados, sem prejuízo dos resultados provisórios cuja publicação haja ordenado entretanto.

Artigo 47º

Normas supletivas

Em tudo o que não esteja especificamente regulado neste capítulo, ou nas disposições gerais, aplicam-se, às eleições para delegados, com as necessárias adaptações, as normas que regulam as eleições para titulares dos órgãos associativos.

CAPÍTULO V

DESIGNAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES DE DELEGADOS

Artigo 48º

Designação de delegados por inerência

- 1 – Cada clube designará um delegado para integrar, por inerência, a representação desse clube na Assembleia Geral.
- 2 – Cada clube designará os delegados a que tenha direito, consoante o nº de praticantes federados.
- 3 – Cada clube designará os delegados a que tenha direito, consoante o nº de praticantes das escolas.
- 4 – A designação é efetuada, por escrito, em documento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, subscrito por quem validamente obrigue o clube, a apresentar até ao termo do mesmo prazo que seja fixado para apresentação de candidaturas aos lugares eleitos de delegados.
- 5 – A designação é feita para um período de quatro anos, coincidente com o ciclo olímpico.
- 6 – Os delegados designados têm que obedecer aos requisitos gerais de elegibilidade previstos no presente Regulamento.
- 7 – A designação é feita por ordem de posição dos delegados, devendo ser indicado 2 suplentes, respeitando os pontos 2 e 3 para cada época seguinte.

Artigo 49º

Substituição dos delegados designados

- 1 – Um delegado designado só pode ser substituído, se faltar pelo menos um ano para o final do ciclo olímpico, e num dos seguintes casos:
 - a) Morte, ou incapacidade física ou psíquica, definitiva ou de duração indeterminada;
 - b) Ausência prolongada e de duração indeterminada, do território nacional, por motivo superveniente, que torne previsivelmente difícil o exercício das suas funções;
 - c) No caso de no momento da designação ser membro de órgão social eleito da associação que representa, e posteriormente ter deixado de o ser, por qualquer razão.
- 2 – A substituição é requerida pelo clube que designou o delegado, em requerimento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, indicando-se o motivo e desde logo a identificação do substituto.
- 3 – Nos casos das alíneas b) e c) do nº 1, o requerimento deve igualmente ser assinado pelo delegado designado, o qual confirmará os factos supervenientes.

4 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral decidirá, por despacho fundamentado sobre a aceitação ou rejeição do pedido de substituição, no prazo de 5 (cinco) dias, e da sua decisão cabe recurso para a Mesa da Assembleia Geral.

5 – A nova designação é feita para o que restar do ciclo olímpico.

6 – Pelos motivos das alíneas b) e c) do nº 1, só pode ser efetuada uma substituição em cada ciclo olímpico.

Artigo 50º

Substituição de delegados eleitos

1 - Os delegados eleitos só podem ser substituídos em caso de morte ou incapacidade física ou psíquica, definitiva ou de duração indeterminada.

2 – Se o delegado tiver sido eleito entre mais que um candidato, será substituído pelo candidato seguinte mais votado, se este aceitar.

3 – O delegado substituto exercerá todos os direitos correspondentes, mas apenas durante o restante período do ciclo olímpico.

4 – Se não tiver havido mais candidatos ou estes não aceitarem a substituição, haverá eleições intercalares, para o que restar do período, limitadas ao universo eleitoral daquela categoria de delegado, mas apenas se faltar mais de um ano para o final do ciclo olímpico.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 51º

Interpretação e integração de lacunas

O presente Regulamento deve ser interpretado e integrado, consoante a natureza das eleições em causa, através de casos análogos constantes da legislação que estabelece o regime eleitoral para o Presidente da República ou para a Assembleia da República.

Artigo 52º

Entrada em vigor

O presente Regulamento Eleitoral entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010.